



Ministério da Economia
Conselho Administrativo de Recursos Fiscais



Processo nº 10880.915166/2012-60
Recurso Voluntário
Resolução nº **1301-001.126 – 1ª Seção de Julgamento / 3ª Câmara / 1ª Turma Ordinária**
Sessão de 13 de abril de 2023
Assunto COMPENSAÇÃO
Recorrente UNIPAR INDUPA DO BRASIL S.A.
Interessado FAZENDA NACIONAL

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Resolvem os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em converter o julgamento do processo em diligência, nos termos do voto do Relator.

(documento assinado digitalmente)

Rafael Taranto Malheiros - Presidente

(documento assinado digitalmente)

Marcelo Jose Luz de Macedo - Relator

Participaram do presente julgamento os Conselheiros: Iagaro Jung Martins, Jose Eduardo Dornelas Souza, Lizandro Rodrigues de Sousa, Marcelo Jose Luz de Macedo, Fernando Beltcher da Silva (suplente convocado), Maria Carolina Maldonado Mendonca Kraljevic, Eduardo Monteiro Cardoso e Rafael Taranto Malheiros (Presidente).

Relatório

Por bem retratar os fatos, reproduz-se inicialmente o relatório da Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento no Recife ("DRJ/REC"), o qual será complementado ao final:

A empresa acima qualificada, por meio do PER/DCOMP nº 25196.72658.210809.1.7.03-9814 (PER/DCOMP com demonstrativo de crédito), requereu restituição de pretense crédito de saldo negativo de CSLL, relativo ao ano-calendário de 2007, no valor original de R\$ 2.445.051,27, e solicitou deste e do

Fl. 2 da Resolução n.º 1301-001.126 - 1ª Sejul/3ª Câmara/1ª Turma Ordinária
Processo n.º 10880.915166/2012-60

PER/DCOMP 22908.27138.280308.1.3.03-0161, compensação com débitos próprios que especifica.

A DERAT SÃO PAULO, por meio do despacho decisório eletrônico n.º 019154349, tendo em vista a insuficiência do crédito reconhecido no procedimento (R\$ 2.362.213,57), homologou parcialmente a compensação declarada no PER/DCOMP n.º 22908.27138.280308.1.3.03-0161.

De acordo com o a análise do crédito, não foram reconhecidas as seguintes parcelas:

a) Imposto de Renda Pago no Exterior:

Valor PER/DCOMP	Valor Confirmado	Valor Não Confirmado	Justificativa
33.281,50	0,00	33.281,50	Ausência de previsão legal para dedução

b) Estimativas Compensadas com SNPA:

Parcelas Confirmadas Parcialmente ou Não Confirmadas					
Período de apuração da estimativa compensada	Nº do Processo/Nº da DCOMP	Valor da Estimativa compensada PER/DCOMP	Valor confirmado	Valor não confirmado	Justificativa
MAI/2007	38589.94700.290607.1.3.03-0392	49.556,20	0,00	49.556,20	DCOMP não homologada
Total		49.556,20	0,00	49.556,20	

Cientificada, a interessada, em apertada síntese, apresentou a seguinte manifestação de inconformidade:

1) Da tempestividade da manifestação:

Alega que o prazo de trinta dias para apresentação da Manifestação de Inconformidade começou a fluir no dia 16.03.2012, primeiro dia útil após a data de recebimento da intimação (15/03/2012), conforme estabelece o parágrafo único, do art. 5º do Decreto n.º 70.235/72 2, motivo pelo qual resta demonstrada a tempestividade da presente Manifestação de Inconformidade apresentada em 13/04/2012.

2) Preliminarmente: Da falta de clareza do despacho decisório e o cerceamento de defesa:

2.1) Destaca a falta de clareza e, por consequência, de fundamentação válida do r. Despacho Decisório, eis que embora este tenha sido acompanhado de planilhas de análise do crédito, referidos documentos não esclarecem exatamente as razões **que** levaram para a desconsideração dos créditos apresentados pela Manifestante3;

2.2) Acrescenta, fundamentando-se na doutrina citada, que não é possível contestar a decisão administrativa se esta não é clara sobre as razões que levaram ao seu entendimento, sob pena de se alegar matéria diversa daquela que motivou a decisão do fisco;

2.3) Ressalta que a Lei 9.784/994 (regulamenta os processos e procedimentos administrativos federais) exige que se decida objetivamente, com a devida fundamentação e os motivos de convencimento, sobre o objeto do processo administrativo;

2.4) Como exemplos da falta de clareza e fundamentação válida, que o despacho decisório apresentou como justificativa algumas frases como "ausência de previsão legal para a dedução", "Retenção na fonte não comprovada" e "DCOMP não homologada", como se tais informações fossem suficientes para fundamentar a decisão do r. despacho;

Fl. 3 da Resolução n.º 1301-001.126 - 1ª Sejul/3ª Câmara/1ª Turma Ordinária
Processo n.º 10880.915166/2012-60

2.5) Que devido à falta de clareza em fundamentar as razões que levaram às glosas de créditos contidas no Despacho Decisório, caso as razões de autuação sejam outras, não tratadas nessa peça, nem trazidas de forma explícita no referido despacho, este deve ser considerado nulo, sem possibilidade de correção, visto não se tratar *in casu* de vício formal, mas de ausência de um requisito de validade do ato administrativo fiscalizatório e do ato administrativo de lançamento, a fundamentação, sob pena de, admitindo-se a prática, estar-se dando ensejo ao cerceamento de defesa proibido ao nível constitucional e legal como visto.

3) Do direito de compensar o imposto pago no exterior:

3.1) Em que pese a motivação sucinta do despacho decisório, resultando no cerceamento de defesa, presume-se que o despacho entendeu que não poderia ter se utilizado para abatimento dos valores do imposto retido no exterior por "*ausência de previsão legal para dedução*";

3.2) que é decorrente de prestação de serviços;

3.3) que, observado o disposto no art. 26 da Lei nº 9.249/95, nenhum outro limite ou requisito é exigido pela lei para tal compensação;

3.4) que, da leitura dos dispositivos legais: (i) possui o direito de compensar o imposto pago no exterior sobre a receita de prestação de serviços, limitado à exação nacional (qual seja, 34%) e não sobre o lucro isolado das operações com o exterior; (ii) referido direito encontra-se limitado exclusivamente pelo comando do art. 26 da Lei 9.249/95; (iii) esse limite consiste na fixação de um valor para compensação no Brasil; (iv) referido valor é fixado mediante o cálculo do imposto que seria aqui devido sobre as receitas de prestação de serviços no exterior;

3.5) que as receitas auferidas e tributadas, tiveram, por força de posterior liquidação da operação, o imposto retido no exterior no ano de 2007, conforme já comprovado ao Fisco em resposta à intimação fiscal (*doc. 06 — cópia simples em razão de já ter apresentado cópia autenticada naquela oportunidade*);

3.6) que efetivamente declarou na DIPJ todos os valores decorrentes de prestação de serviços no exterior, o que já foi devidamente informado e comprovado na resposta ao termo de intimação fiscal, não havendo razão para o Fisco glosar a compensação em questão sob a justificativa absolutamente infundada de que a correspondente receita não foi oferecida à tributação;

3.7) que, apesar da fiscalização, em seu relatório, ter afirmado que não haveria base legal para tal dedução, o referido artigo legal permite tal dedução e esta foi feita conforme os requisitos legais, eis que a Manifestante ofereceu à tributação a integralidade das receitas de prestação de serviços no exterior que deram origem ao crédito;

3.8) que importa ainda destacar que o Fisco, aparentemente, entende que o direito de dedução seria limitado ao lucro da Manifestante com a prestação de serviço ao exterior e não ao valor efetivamente tributado e retido no país estrangeiro, *in casu* administrativo de lançamento, a fundamentação, sob pena de, admitindo-se a prática, estar-se dando ensejo ao cerceamento de defesa proibido ao nível constitucional e legal como visto.

3.9) que é regra da boa hermenêutica: "onde a lei não distingue, não pode o interprete distinguir" ou seja, caso a lei não faça esta distinção, certamente o fisco não o poderá fazer também. No presente caso, a lei não restringe a compensação do IR-Fonte retido no exterior com base no total dos rendimentos (faturamento) auferidos ao valor dos

Fl. 4 da Resolução n.º 1301-001.126 - 1ª Sejul/3ª Câmara/1ª Turma Ordinária
Processo n.º 10880.915166/2012-60

lucros isoladamente obtidos nessas operações, sendo os únicos limites quantitativos (i) o valor efetivamente retido no exterior e (it) o valor efetivamente devido no Brasil;

3.10) que a jurisprudência administrativa também segue nesse sentido;

3.11) que, estando demonstrado que houve retenção na fonte, a título de Imposto de Renda, sobre as receitas de serviços exportados, bem como que as receitas que originaram os créditos de retenção na fonte foram devidamente registradas na contabilidade e, igualmente, corretamente oferecidas à tributação em sua DIPJ, não há como se questionar a legitimidade dos créditos compensados, tampouco dar interpretação diversa daquela estabelecida em lei, inclusive sob pena de lesar o princípio da legalidade;

3.12) que, a teor dos artigos 923 e 924 do RIR/99, os registros contábeis da Manifestante fazem prova a seu favor, cabendo à autoridade administrativa fazer prova da sua imprestabilidade, de forma fundamentada, o que não ocorreu no presente caso;

3.13) Por fim, caso ainda pairarem dúvidas em relação ao direito creditório da Manifestante, requer, desde já, a realização de diligência para aferir o oferecimento à tributação dos valores ora questionados;

4) Das antecipações compensadas com SNPA.

4.1) que o reconhecimento parcial/não reconhecimento dos créditos nos PER/DCOMP 38589.94700.290607.1.3.03-0392 encontra-se com Recurso Voluntário nos autos do processo administrativo n.º **10880-926.259/2011-39**, pendentes de julgamento, não se podendo afirmar qual valor desconsiderado pela fiscalização realmente inexistente;

4.2) que, em razão da discussão ainda pendente de julgamento na esfera administrativa, torna-se imperioso suspender quaisquer exigibilidades decorrentes da glosa efetuada pela fiscalização, nos termos do artigo 151 do Código Tributário Nacional, inciso III5;

4.3) reitera o pedido de reunião dos processos para o seu julgamento em conjunto, uma vez que as matérias neles tratadas estão umbilicalmente relacionadas; ou a suspensão do presente caso até o julgamento definitivo dos processos administrativos n.º 10880.914060/2011-68 e 10880.926256/2011-39;

5) Do pedido.

5.1) Preliminarmente, que seja declarada a NULIDADE do presente Despacho Decisório, com o conseqüente cancelamento das glosas efetuadas, em virtude da falta de fundamentação clara e inequívoca, mormente caso se verifique que a motivação das glosas, seja outra não expressamente abordada no Despacho Decisório e tratada nas matérias trazidas nesta Manifestação;

5.2) No mérito, que seja REFORMADA a decisão ora atacada, CONVALIDANDO-SE E HOMOLOGANDO-SE INTEGRALMENTE o crédito objeto do PER/DCOMP de crédito n.º 25196.72658.210809.1.7.03-9814,, bem assim as compensações com débitos deles decorrentes, declarando-se via de consequência a extinção dos créditos compensados no PER/DCOMP 22908.27138.280308.1.3.03-0161; e

6.3) Ainda, caso não entenda pela imediata homologação das compensações, que seja então DETERMINADA A REUNIÃO do presente processo com os PA's n.º 10880-926.256/2011-39, tendo em vista que a decisão naqueles autos influencia as compensações efetuadas nos presentes autos, ou ao menos a SUSPENSÃO do presente processo, e por consequência dos débitos compensados no presente caso, até que aquele seja definitivamente julgado.

Fl. 5 da Resolução n.º 1301-001.126 - 1ª Sejul/3ª Câmara/1ª Turma Ordinária
Processo n.º 10880.915166/2012-60

[grifos constam do original]

Em sessão de 29/09/2015, a DRJ/REC julgou improcedente a manifestação de inconformidade do contribuinte, nos termos da ementa abaixo reproduzida:

ASSUNTO: NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO

Ano-calendário: 2007

COMPENSAÇÃO. REQUISITOS. Nos termos do art. 170 do CTN, somente são compensáveis os créditos líquidos e certos do sujeito passivo contra a Fazenda Pública.

IMPOSTO DE RENDA PAGO NO EXTERIOR. ADMISSIBILIDADE. UTILIZAÇÃO CONDICIONADA A INCLUSÃO DA RECEITA CORRESPONDENTE NO RESULTADO DO PERÍODO/APURAÇÃO DO LUCRO REAL. A pessoa jurídica poderá utilizar o valor correspondente em moeda nacional do imposto pago no exterior sobre as receitas, lucros, rendimentos e ganhos de capital, para reduzir o Imposto de Renda/Contribuição Social devidos no país, desde que inclua a respectiva receita no resultado do exercício/apuração do lucro real.

DCOMP. DIREITO CREDITÓRIO ORIGINÁRIO DE PROCESSO EM DISCUSSÃO ADMINISTRATIVA. AUSÊNCIA DOS ATRIBUTOS DE LIQUIDEZ E CERTEZA. A compensação declarada à Secretaria da Receita Federal do Brasil confere certeza e liquidez ao crédito a partir da data da Declaração, desde que haja ulterior homologação da compensação. Entretanto, não ocorrendo a homologação, considera-se que o crédito nunca fora extinto, particularidade inerente à condição resolutória.

JULGAMENTO ADMINISTRATIVO. ATOS TRIBUTÁRIOS. OBSERVÂNCIA. O julgador administrativo deve, em face de sua atividade vinculada, observância aos atos legais e ao entendimento da Secretaria da Receita Federal expresso em atos regulamentares.

ASSUNTO: PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL

Ano-calendário: 2007

IMPUGNAÇÃO. ALEGAÇÃO. PROVAS. A impugnação deve estar instruída com todos os documentos e provas que possam fundamentar as contestações de defesa. Não têm valor as alegações desacompanhadas de documentos comprobatórios, quando for este o meio pelo qual devam ser provados os fatos alegados.

PEDIDO DE DILIGÊNCIA. APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS. PRESCINDIBILIDADE. A diligência é prescindível quando presentes nos autos os elementos necessários à formação da convicção da autoridade julgadora e objetiva a produção de provas que poderia ter sido providenciada pela própria interessada.

Segundo consta dos fundamentos do voto do relator (fls. 195/208 do *e-processo*):

Da Preliminar de nulidade suscitada por cerceamento do direito de defesa.

A manifestante destaca a falta de clareza e, por consequência, de fundamentação válida do Despacho Decisório, que embora se faça acompanhar de planilhas de análise do crédito, referidos documentos não esclarecem exatamente as razões para a desconsideração dos créditos apresentados pela Manifestante.

Fl. 6 da Resolução n.º 1301-001.126 - 1ª Sejul/3ª Câmara/1ª Turma Ordinária
Processo n.º 10880.915166/2012-60

Acrescenta, caso as razões para descon sideração do crédito sejam outras que não as tratadas nessa peça, nem trazidas de forma explícita no referido despacho, este deve ser considerado nulo, sem possibilidade de correção, visto não se tratar *in casu* de vício formal, mas de ausência de um requisito de validade do ato administrativo fiscalizatório e do ato administrativo de lançamento, a fundamentação, sob pena de, admitindo-se a prática, estar-se dando ensejo ao cerceamento de defesa proibido ao nível constitucional e legal como visto.

[...]

Para o Imposto de Renda Pago no Exterior, cuja parcela de R\$ 33.281,50, (deduzido na DIPJ/2008 AC 2007, ficha 17, linha 47 do contribuinte em referência, não foi confirmada **por ausência de previsão legal para a dedução**, ressalte-se que, conforme já explicitado no processo administrativo n.º 10880.915165/2012-15, que trata do mesmo assunto, do mesmo ano-calendário de 2007, no entanto referente ao saldo negativo de IRPJ, consta à folha 70, Termo de Intimação, respondido pela interessada (fl. 69), requerendo, num prazo de 20 (vinte) dias contados do recebimento - AR, os documentos abaixo discriminados.

Ressalte-se que consta à folha 99, Termo de Intimação, respondido pela interessada (fl. 98), requerendo, num prazo de 20 (vinte) dias contados do recebimento - AR, os documentos abaixo discriminados:

1. Indicar em qual ficha e linha da DIPJ/2008 AC 2007 os valores de rendimentos do exterior foram oferecidos à tributação.
2. Apresentar cópia autenticada do(s) comprovante(s) de pagamento do Imposto pago no exterior;
3. Demonstrar que foi observado o disposto no art. 26, § 2º e §3º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995;
4. Apresentar demonstrativo de conversão para Reais do IR pago no exterior, bem como do respectivo rendimento, nos termos do art. 14, § 2º da IN SRF nº 213, de 7 de outubro de 2002;
5. Anexar cópia autenticada da página do Livro Diário onde conste(m) o(s) lançamento(s) correspondente(s) dos lucros auferidos no exterior.

Nesse mesmo termo fez-se constar **que a falta de atendimento no prazo estipulado, implicaria no indeferimento do pedido por falta de comprovação do alegado direito creditório contra a Fazenda Nacional, com a conseqüente não homologação da(s) compensação (ões) declarada(s).**

A resposta da interessada se fez da seguinte forma:

- 1) *Estatuto Social da Empresa e Atas de eleição dos membros da diretoria.*
- 2) *Demonstrativo com a conversão para Reais do Imposto pago no exterior e os devidos comprovantes de pagamentos com cópia autenticada, e cópia do contrato de cambio*
- 3) *Demonstrativo com os lançamentos da receitas de prestação de serviços e respectivas cópias do livro diário dos serviços prestados para o exterior.*
- 4) *Informamos que baseamos no artigo 395 do decreto 3000, para a compensação dos impostos retidos no exterior, conforme mencionado abaixo:*

Fl. 7 da Resolução n.º 1301-001.126 - 1ª Sejul/3ª Câmara/1ª Turma Ordinária
Processo nº 10880.915166/2012-60

Art. 395. A pessoa jurídica poderá compensar o imposto de renda incidente, no exterior, sobre os lucros, rendimentos, ganhos de capital e receitas decorrentes da prestação de serviços efetuada diretamente, computados no lucro real, até o limite do imposto de renda incidente, no Brasil, sobre os referidos lucros, rendimentos, ganhos de capital e receitas de prestação de serviços (Lei n.º 9.249, de 1995, art. 26, e Lei n.º 9.430, de 1996, art. 15).

5) Demonstrativo das linhas da DIPJ Ano calendário 2006 e 2007, onde foram lançadas as receitas de prestação de serviços para o exterior.

Primeiramente, neste, diferentemente dos processos anteriores da interessada já analisados por esta DRJ-Recife, citados, inclusive, por ela, em função da relação umbilical das matérias neles tratadas⁷, mas não só esses processos, todos os outros em que no saldo negativo do período não se confirmou a parcela do Imposto de Renda Pago no Exterior (A.C. 2002, 2003, 2004, 2005 e 2006), **a contribuinte foi intimada a comprovar a parcela do Imposto de Renda Pago no Exterior que utilizou para compor o saldo negativo do período/reduzir o imposto a pagar apurado**, interrompendo-se um procedimento meramente eletrônico de análise do direito creditório, passando a ser manual, ou seja, com intervenção humana.

Ressalte-se, então, que, no caso de ser considerada **não atendida** a intimação para comprovação do direito creditório pleiteado, já que para usufruir deste e mesmo de qualquer outro direito a interessada tem que provar que atendeu os condicionantes estabelecidos pela legislação, esse Imposto de Renda Pago no Exterior deixou de apenas se fazer acompanhar de um ou alguns de seus elementos fundamentais (pagamento no exterior não comprovado, receita correspondente não oferecida à tributação, etc.), para não poder ser aproveitado por "ausência de previsão legal para a dedução". O que antes era uma mera cogitação, solucionável com a apresentação dos documentos requisitados, passou a ser uma certeza com o não atendimento à intimação. Pelo menos até que se prove o contrário.

A própria resposta da interessada à intimação é evidência do não atendimento à intimação. Exemplos: onde consta nos autos a prova da inclusão da respectiva receita de serviço na demonstração do resultado do período, apuração do lucro real? Se compendo a demonstração do resultado (Ficha 06A), cadê a demonstração que a respectiva receita auferida no exterior está inclusa no montante de R\$ 1.142.214,18 de Receita de Prestação de serviços - Mercado Interno e Externo (item 05 da Ficha 06A)? Cadê a cópia autenticada da(s) página(s) do Livro Diário onde consta(m) o(s) lançamento(s) correspondente(s) aos lucros/rendimentos/receitas auferidos no exterior? entre outras questões. A "não comprovação" é a tônica neste e em todos os outros processos da interessada já analisados anteriormente por esta mesma delegacia de julgamento.

Quanto aos demais itens do direito creditório não confirmados (Imposto de Renda Retido na Fonte - Retenção não comprovada/comprovada parcialmente e Estimativas Compensadas com SNPA - DCOMP homologada parcialmente/não homologada), o ineditismo da manifestação sobre a falta de clareza do despacho e, por consequência, de fundamentação válida, já que não alegada nos mesmo itens de processos administrativos de anos anteriores da interessada já analisados por esta mesma delegacia de julgamento, demonstra plenamente o caráter protelatório da manifestação. Bem, provavelmente, por ausência de robustez das demais alegações da manifestação de inconformidade para fundamentar o direito pleiteado.

Ademais, as alegações de mérito apresentadas demonstram o pleno conhecimento da interessada sobre os motivos para o não reconhecimento/reconhecimento parcial das diversas parcelas que compuseram o saldo negativo de IRPJ do ano de 2007, o qual pretende utilizar como direito creditório.

[...]

Fl. 8 da Resolução n.º 1301-001.126 - 1ª Sejul/3ª Câmara/1ª Turma Ordinária
Processo n.º 10880.915166/2012-60

Estimativas Compensadas com SNPA

Conforme relato não se reconheceu, no despacho decisório em litígio, o montante de R\$ 49.556,20, em razão dos PER/DCOMP acima terem sido homologados parcialmente/não homologado em procedimentos de reconhecimento de crédito eletrônico anteriores.

Ressalte-se que o § 2º do art. 74 da Lei nº 9.430, de 1996 (incluído pela Lei nº 10.637, de 2002), ao determinar que “a compensação declarada à Secretaria da Receita Federal extingue o crédito tributário, sob condição resolutória de sua ulterior homologação”, confere certeza e liquidez ao crédito a partir da data da Declaração, desde que haja ulterior homologação da compensação, entretanto, não ocorrendo a homologação, considera-se o crédito nunca fora extinto, particularidade inerente à condição resolutória.

Proferido Despacho Decisório denegatório de compensação (de forma total ou parcial), desse modo, o crédito não reconhecido é tido como não extinto desde a apresentação do PER/DCOMP. Eventual recurso interposto contra o despacho não tem o condão de suprimi-lo, operando efeitos apenas quanto à suspensão da exigibilidade do crédito, consoante § 11 do art. 74 da Lei nº 9.430 de 1996.

Esse é o entendimento aplicável ao reconhecimento parcial do crédito no PER/DCOMP 38589.94700.290607.1.3.03-0392 (processo administrativo n.º. 10880-926.259/2011-39.), objeto do Acórdão nº 11-50.952, proferido por essa mesma turma de julgamento, na sessão de 29 de julho de 2015, os quais se encontram em discussão administrativa (Recurso Voluntário), diferentemente do que quer fazer valer a manifestante, que quer dar ao crédito pleiteado, que se encontra em discussão administrativa, os atributos de certeza e liquidez.

[...]

IR EXTERIOR

De acordo com os autos, a parcela do crédito, no montante de R\$ 33.281,50, relativo ao imposto de renda pago no exterior, não foi confirmada no procedimento eletrônico de análise do direito creditório pleiteado.

[...] a compensação de imposto pago no exterior sobre receitas, lucros, rendimentos, ganhos de capital auferidos por filiais, sucursais, controladas e coligadas, para ser considerada confirmada/comprovada, está condicionada ao atendimento dos seguintes requisitos:

- a) apuração de lucro real positivo;
- b) apresentação de documento de arrecadação reconhecido pelo órgão arrecadador e pelo Consulado da Embaixada Brasileira no país em que for devido o imposto, salvo se comprovado que a legislação do país de origem do lucro, rendimento ou ganho de capital prevê a incidência do imposto de renda que houver sido pago, por meio do documento de arrecadação apresentado (art. 26, §2º, da Lei nº 9.249/95 c/c art. 16, §2º, II, da Lei nº 9.430/96);
- c) adição das receitas, lucros, rendimentos e ganhos de capital ao lucro real apurado no Brasil, de acordo com a limitação temporal estabelecida (art. 25 da Lei nº 9.249/95);
- d) observância, na compensação, do limite do imposto de renda incidente, no Brasil, sobre os lucros, rendimentos e ganhos de capital auferidos no exterior (art. 26 da Lei nº 9.249/95); e

Fl. 9 da Resolução n.º 1301-001.126 - 1ª Sejul/3ª Câmara/1ª Turma Ordinária
Processo n.º 10880.915166/2012-60

e) apresentação das demonstrações financeiras correspondentes aos lucros auferidos no exterior de forma individualizada, por filial, sucursal, controlada ou coligada (art. 16 da Lei n.º 9.430/96).

A interessada apurou lucro real positivo, portanto atende o requisito "a".

Examinando-se a documentação trazida pela contribuinte (certificado de retenção), constata-se que representa um possível documento de arrecadação de imposto argentino (*las Ganancias*), atendendo, portanto, o item "b". Ainda, identifica o CNPJ da interessada pela filial (61.460.325/0004-94), fatura, valor da operação e montante devido.

Os documentos restantes são planilhas elaboradas pela própria contribuinte, que resume informações constantes nos certificados.

Quanto à adição das receitas ao lucro real apurado no Brasil na DIPJ/2007 "c", a interessada não apresentou uma única prova de sua inclusão na demonstração do resultado ou da apuração do Lucro Real.

Zerou os itens 05 e 06, da ficha 09A da DIPJ, como também não apresentou uma única prova que a respectiva receita de serviço prestada no exterior está incluída no item 05 da ficha 06A da DIPJ (Receita de Serviços - Mercado Interno e Externo), tampouco em outro item.

Quanto à não apresentação de documentos comprovadores, destaco, em função do Princípio da Verdade Material, regulador do Processo Administrativo Fiscal (Decreto n.º 70.235/72), além dos próprios comandos ali existentes, dos quais destaco o art. 16, que a manifestação de inconformidade deverá vir acompanhada com os elementos de prova que possuir, sob risco de impedir sua apreciação pelo julgador administrativo.

[...]

A interessada ressaltou que sua contabilidade constitui prova a seu favor, requerendo, caso necessário, a realização de diligência para aferir o oferecimento à tributação dos valores ora questionados.

A respeito da matéria, dispõem os arts. 16 e 18 do Decreto n.º 70.235, de 6 de março de 1972 (PAF), e alterações posteriores:

"Art. 16. A impugnação mencionará:

(...)

III – os motivos de fato e de direito em que se fundamente, os pontos de discordância e as razões e provas que possuir; (redação dada pelo art. 1º da Lei n.º 8.748, de 09/12/93)

IV – as diligências ou perícias que o impugnante pretenda sejam efetuadas, expostos os motivos que as justifiquem, com a formulação dos quesitos referentes aos exames desejados, assim como, no caso de perícia, o nome, endereço e a qualificação profissional do seu perito; (redação dada pelo art. 1º da Lei n.º 8.748, de 09/12/93)

§ 1º. Considerar-se-á não formulado o pedido de diligência ou perícia que deixar de atender aos requisitos previstos no inciso IV do art. 16. (Parágrafo introduzido pelo art. 1º da Lei n.º 8.748, de 09/12/93)

(...)

Fl. 10 da Resolução n.º 1301-001.126 - 1ª Sejul/3ª Câmara/1ª Turma Ordinária
Processo n.º 10880.915166/2012-60

§ 4.º. A prova documental será apresentada na impugnação, precluindo o direito de o impugnante fazê-lo em outro momento processual, a menos que:

a) fique demonstrada a impossibilidade de sua apresentação oportuna, por motivo de força maior;

b) refira-se a fato ou a direito superveniente;

c) destine-se a contrapor fatos ou razões posteriormente trazidos aos autos. (Acrescido pelo art. 67 da Lei n.º 9.532/1997)

(...)

Art. 18. A autoridade julgadora de primeira instância determinará, de ofício ou a requerimento do impugnante, a realização de diligências ou perícias, quando entendê-las necessárias, indeferindo as que considerar prescindíveis ou impraticáveis, observado o disposto no art. 28, in fine. (Redação dada pelo art. 1.º da Lei n.º 8.748/1993) (g.n.)

(...)"

Não se enquadrando nas hipóteses acima previstas para a apresentação posterior das provas, cumpre a interessada, em função dos dispositivos legais acima mencionados e, ainda, subsidiariamente, preceito do Código de Processo Civil - CPC em vigor (art. 33310), trazer alegações plenamente demonstráveis mediante elementos probantes que estão ou deveriam estar em seu poder. Logo, não se justifica a realização de diligência com objetivo de embasar as alegações da contribuinte que poderiam ser regularmente produzidas por ela própria.

Portanto, indefiro o pedido de diligência formulado, nos termos dos artigos 18, caput e 28 do Decreto 70.235/1972, sem que, com isso, reste configurado qualquer tipo de cerceamento de defesa. [...]

[...]

Irresignado, o contribuinte apresentou recurso voluntário no qual basicamente reitera os seus argumentos de defesa.

Alega inicialmente que a DRJ/REC teria inovado indevidamente os fundamentos apresentados para a glosa dos créditos oriundos das retenções efetuadas pelos serviços prestados no exterior. Segundo constou do despacho decisório, referido crédito não fora reconhecido por “ausência de previsão legal para a dedução”. Já o acórdão recorrido explicou que tais créditos não foram confirmados porque o contribuinte não teria comprovado que os rendimentos respectivos teriam sido computados na apuração do lucro do período, veja-se em suas próprias palavras (fls. 220 do *e-processo*):

Fl. 11 da Resolução n.º 1301-001.126 - 1ª Sejul/3ª Câmara/1ª Turma Ordinária
Processo n.º 10880.915166/2012-60

Vejam julgadores que o acórdão recorrido, ao trazer fundamento absolutamente inédito para a manutenção das glosas, qual seja, a “falta de comprovação de oferecimento das receitas auferidas à tributação no Brasil”, inovou indevidamente na discussão, impondo à Recorrente o descumprimento de uma exigência sobre a qual a Recorrente, em nenhum momento do trâmite das PER/DCOMPs, fora intimada a atender.

Ora, tivesse a Recorrente sido oportunamente intimada, ainda na fase de averiguação da higidez dos créditos pela autoridade fiscal, a comprovar que ofereceu à tributação, aqui no Brasil, as receitas oriundas de serviços prestados na Argentina, o teria feito seguramente, pois possui um farto conjunto de documentos a demonstrar a referida tributação.

Diante desse cenário Srs. Conselheiros, nos parece óbvio que houve, no caso em tela, um evidente cerceamento de defesa imputado à Recorrente, que não teve sequer oportunidade de demonstrar, ainda na origem, que oferecera as receitas oriundas do exterior à tributação, fazendo *jus* aos créditos pleiteados no presente caso.

Nesse sentido, afirma o contribuinte que a DRJ/REC teria feito outras exigências e apresentado novos argumentos não constantes do despacho decisório eletrônico, sobre os quais o contribuinte sequer teve a oportunidade de se manifestar, em evidente cerceamento de direito de defesa.

O contribuinte adverte ainda em sede de preliminar que os autos deveriam ter sido convertidos em diligência para que fosse providenciada a prova do oferecimento à tributação dos rendimentos auferidos pela prestação de serviços no exterior, pois segundo a redação do artigo 18 do Decreto n.º 70.235/1972, o julgador estaria obrigado a baixar os autos em diligência *sempre que se deparar com situações em que necessária produção de provas mais específicas, como é o caso* (fls. 223 do *e-processo*).

Quanto ao mérito, reitera que o imposto teria sido pago no exterior, o que depende da *demonstração de que a legislação do país de origem do lucro, rendimento ou ganho de capital prevê a incidência de imposto, através da apresentação do documento de arrecadação* (fls. 227 do *e-processo*).

Já que no toca à questão do oferecimento das receitas à tributação, informa que *não necessariamente a inclusão da receita com serviços prestados nos exterior se verificará pela adição à base do IRPJ e da CSLL nas linhas 05 e 06 da ficha 09A da DIPJ, como quer fazer crer a autoridade julgadora, visto que somente dever ser indicados nestas linhas os rendimentos, lucros e ganhos de capital que não compuseram o resultado do período* (fls. 230/232 do *e-processo*). E explica:

Fl. 13 da Resolução n.º 1301-001.126 - 1ª Seju/3ª Câmara/1ª Turma Ordinária
Processo nº 10880.915166/2012-60

Notem que, como demonstra a planilha de composição da conta **7446010011**, o valor de **RS 779.195,09** integra e está embutido no valor total de receitas auferidas pela prestação de serviços no período (**RS 1.142.214,18**), o qual foi informado na linha 5 da Ficha 06A da DIPJ entregue em 2008, como fazemos questão de repetir:

CNPJ 61.460.325/0001-41		DIPJ 2008 Ano-Calendário 2007 Pág. 5	
Ficha 06A - Demonstração do Resultado - PJ em Geral			
Discriminação		VALOR	
01.Receita de Exportação Direta de Mercadorias e Produtos		16.355.575,14	
02.Receita de Venda de Mercadorias e Prod.s Coml.Export.o/Fís Espec.Export.		0,00	
03.Receita de Venda de Produtos de Fabricação Própria no Mercado Interno		1.076.857.073,01	
04.Receita de Venda de Mercadorias no Mercado Interno		147.071.321,58	
05.Receita de Prestação de Serviços - Mercado Interno e Externo		1.142.214,18	
06.Receita de Unidades Imobiliárias Vendidas		0,00	
07.Receita de Locação de Bens Móveis e Imóveis		0,00	
08.Receita da Atividade Rural			

Assim, apesar da decisão recorrida ter afirmado que a glosa foi motivada pela inexistência de tributação das receitas correspondentes, é certo que, conforme pode ser comprovado pelas (i) cópias dos certificados de retenção já anexados ao feito; (ii) fichas das DIPJ 2008 (ano-calendário 2007), mais especificamente ficha n.º 06A Linha 05; (iii) razão contábil do período, demonstrando a contabilização das receitas (doc. 04) e (iv) pela planilha descritiva das contas contábeis ora acostada (doc. 05) justamente por se tratar de receitas de prestação de serviço do exterior, a **Recorrente tribudou e informou os rendimentos auferidos no exterior, na linha adequada da DIPJ qual seja, a linha de "receita de prestação de serviço"**.

Com relação às estimativas compensadas com saldo negativo de períodos anteriores, o contribuinte entende que elas deveriam ser consideradas independente do resultado do processamento das declarações de compensação respectivas.

É o relatório do necessário.

Voto

Conselheiro Marcelo Jose Luz de Macedo, Relator.

Embora seja tempestivo e atenda aos demais requisitos de admissibilidade, entendo que o presente recurso voluntário não se encontra maduro o suficiente ao exame de mérito da discussão.

Como visto pelo breve relato do caso, o contribuinte pretendeu a compensação de débitos próprios por meio de declaração de compensação mediante a utilização de um suposto crédito de saldo negativo de CSLL referente ao ano calendário de 2007.

Consoante se constata do despacho decisório eletrônico, não foram confirmadas as seguintes parcelas utilizadas na composição do referido saldo (fls. 11 do *e-processo*):

Fl. 14 da Resolução n.º 1301-001.126 - 1ª Seju/3ª Câmara/1ª Turma Ordinária
Processo nº 10880.915166/2012-60

3-FUNDAMENTAÇÃO, DECISÃO E ENQUADRAMENTO LEGAL

Analizadas as informações prestadas no documento acima identificado e considerando que a soma das parcelas de composição do crédito informadas no PER/DCOMP deve ser suficiente para comprovar a quitação da contribuição social devida e a apuração do saldo negativo, verificou-se:

PARCELAS DE COMPOSIÇÃO DO CRÉDITO INFORMADAS NO PER/DCOMP

PARC.CREDITO	IR EXTERIOR	RETENÇÕES FONTE	PAGAMENTOS	ESTIM.COMP.SNPA	ESTIM.PARCELADAS	DEM.ESTIM.COMP.	SOMA PARC.CRED.
PER/DCOMP	33.281,50	1.465,46	5.803.552,17	2.143.896,66	0,00	0,00	7.982.195,79
CONFIRMADAS	0,00	1.465,46	5.803.552,17	2.094.340,46	0,00	0,00	7.899.358,09

Valor original do saldo negativo informado no PER/DCOMP com demonstrativo de crédito: R\$ 2.445.051,27 Valor na DIPJ: R\$ 2.445.051,27
Somatório das parcelas de composição do crédito na DIPJ: R\$ 7.982.195,79
CSLL devida: R\$ 5.537.144,52

Valor do saldo negativo disponível= (Parcelas confirmadas limitado ao somatório das parcelas na DIPJ) - (CSLL devida) limitado ao menor valor entre saldo negativo DIPJ e PER/DCOMP, observado que quando este cálculo resultar negativo, o valor será zero.

Valor do saldo negativo disponível: R\$ 2.362.213,57

Informações complementares da análise do crédito estão disponíveis na página internet da Receita Federal, e integram este despacho.

O detalhamento da análise das parcelas do crédito revela o motivo pelo qual os montantes não foram confirmados integralmente (fls. 15/17 do *e-processo*):

Imposto de Renda Pago no Exterior:

Valor PER/DCOMP	Valor Confirmado	Valor Não Confirmado	Justificativa
33.281,50	0,00	33.281,50	Ausência de previsão legal para dedução

Estimativas Compensadas com SNPA:

Parcelas Confirmadas Parcialmente ou Não Confirmadas

Período de apuração da estimativa compensada	Nº do Processo/Nº da DCOMP	Valor da Estimativa compensada PER/DCOMP	Valor confirmado	Valor não confirmado	Justificativa
MAI/2007	38589.94700.290607.1.3.03-0392	49.556,20	0,00	49.556,20	DCOMP não homologada
Total		49.556,20	0,00	49.556,20	

Somente será objeto de diligência a parcela referente ao imposto de renda pago no exterior, cuja discussão se volta de início para a questão do oferecimento das receitas respectivas à tributação.

Segundo consta do despacho decisório o contribuinte não teria preenchido corretamente as fichas 06A – Demonstração do resultado e 09A – Demonstração do lucro real da sua DIPJ.

A DRJ/REC foi ainda mais específica e indicou que o contribuinte não teria preenchido os itens 05 e 06 da ficha 09A, nem tampouco comprovado se tais receitas teriam sido incluídas nos itens 05 da ficha 06A, veja-se (fls. 206 do *e-processo*):

Quanto à adição das receitas ao lucro real apurado no Brasil na DIPJ/2007 "c", a interessada não apresentou uma única prova de sua inclusão na demonstração do resultado ou da apuração do Lucro Real.

Fl. 15 da Resolução n.º 1301-001.126 - 1ª Seju/3ª Câmara/1ª Turma Ordinária
Processo nº 10880.915166/2012-60

Zerou os itens 05 e 06, da ficha 09A da DIPJ, como também não apresentou uma única prova que a respectiva receita de serviço prestada no exterior está incluída no item 05 da ficha 06A da DIPJ (Receita de Serviços - Mercado Interno e Externo), tampouco em outro item.

Com o objetivo de refutar o acima aduzido e demonstrar que os rendimentos teriam sido oferecidos à tributação, o contribuinte informa que *não necessariamente a inclusão da receita com serviços prestados nos exterior se verificará pela adição à base do IRPJ e da CSLL nas linhas 05 e 06 da ficha 09A da DIPJ, como quer fazer crer a autoridade julgadora, visto que somente dever ser indicados nestas linhas os rendimentos, lucros e ganhos de capital que não compuseram o resultado do período* (fls. 230/232 do e-processo). E explica:

Ora, no presente caso isso não se verifica, à medida que a receita auferida pela prestação dos serviços foi efetivamente computada no lucro do exercício (ponto de partida para a formação do Lucro Real). Assim, para o reconhecimento do crédito em questão, cumpre tão somente demonstrar a efetiva inclusão dos valores referentes a receita da prestação de serviços no exterior na Ficha 06 da DIPJ, senão vejamos.

O imposto pago no exterior, glosado pela fiscalização, decorreu de rendimentos de prestação de serviços na Argentina, auferidos em 2007, os quais foram, de fato, oferecidos à tributação e devidamente computados na DIPJ de 2008 da Recorrente, mais especificamente na linha "Receita de Prestação de Serviços – Mercados Interno e Externo", consoante denota-se da análise da ficha n. 06 A. Linha 05, da DIPJ de 2008 já anexada aos autos juntamente com a manifestação de inconformidade (vide doc. 05 da manifestação de inconformidade), mas cuja parte reproduzimos abaixo:

CNPJ 61.469.325/0001-41		DIPJ 2008 Ano-Calendário 2007 Pag. 5	
Ficha 06A - Demonstração do Resultado - PJ em Geral			
Discriminação			Valor
01.Receita de Exportação Direta de Mercadorias e Produtos		16.355.575,14	
02.Receita de Vendas de Mercadorias e Prod.a Com. Export.ç/Fin Espec.Export.		0,00	
03.Receita de Venda de Produtos de Fabricação Própria no Mercado Interno		1.076.857.073,01	
04.Receita da Revenda de Mercadorias no Mercado Interno		147.074.327,58	
05.Receita de Prestação de Serviços - Mercados Interno e Externo		1.142.214,18	
06.Receita de Unidades Imobiliárias Vendidas		0,00	
07.Receita de Locação de Bens Móveis e Imóveis		0,00	
08.Receita de Atividade Rural			

Vejam Srs. Julgadores que a Recorrente informou uma receita total de **RS 1.142.214,18**, no ano-calendário de 2007, a título de prestação de serviços, **somados os prestados no mercado interno e no mercado externo.**

Pois bem, no mesmo ano-calendário de 2007, a Recorrente auferiu uma receita total de serviços prestados no exterior (incluídos, obviamente, os prestados na Argentina), no valor de **RS779.195,09**. Referida receita foi registrada na conta contábil 7446010011, consoante podemos verificar

Fl. 16 da Resolução n.º 1301-001.126 - 1ª Sejul/3ª Câmara/1ª Turma Ordinária
Processo nº 10880.915166/2012-60

pelo “razão contábil” desta conta, cuja cópia ora acostamos (**doc. 04 – razão contábil da conta n.º 7446010011**), e cuja parte reproduzimos abaixo:

Conta Razão 7446010011 - Identificação dos Lançamentos no razão referente serviços exterior

Conta	Data Início	Nº doc. Contábil	Historico de Lançamento	VALOR LANÇAMENTO R\$
7446010011	31/12/2007	100435131	VR NFS 207/208 - SOLVAY I	- 72.193,71
7446010011	30/11/2007	100432076	VR NFS 203/204 - SOLVAY	- 72.193,71
7446010011	31/10/2007	100428141	VR NFS 196 - SOLVAY INDUP	- 68.207,90
7446010011	30/09/2007	100424435	VR NFS 156 - SOLVAY INDUP	- 68.207,90
7446010011	31/08/2007	100421445	VR NFS 153 - SOLVAY INDUP	- 68.207,90
7446010011	31/07/2007	100418105	VR NFS 150 - SOLVAY INDUP	- 68.207,90
7446010011	30/06/2007	100415029	VR NFS 186 - SOLVAY INDUPA	- 51.257,14
7446010011	29/06/2007	100414775	VR NFS 186 - SOLVAY INDUPA	- 16.950,76
7446010011	31/05/2007	100411583	VR NFS 180 - SOLVAY INDUPA	- 68.207,90
7446010011	27/04/2007	100407877	VR NFS 180 - SOLVAY INDUPA	- 68.207,90
7446010011	30/03/2007	100404797	VR NFS 177 - SOLVAY SAIC	- 68.207,90
7446010011	28/02/2007	100401350	VR NFS 174 - SOLVAY INDUP	- 61.278,80
7446010011	31/01/2007	100398122	VR NFS 170 / 171 - SOLVAY	- 75.137,00
Total Serviços para Exterior				-779.195,09

Ainda, para afastar quaisquer dúvidas sobre a informação e tributação dos valores de receita pelos serviços prestados, a Recorrente apresenta a composição das contas contábeis (**doc. 05 – planilha de composição das contas**), que foram informadas na Linha 05 da Ficha 06A da DIPJ:

Soma de Mont.em Nl		TIPO VENDA		Razão		Descr. Conta		MERCADO		Total Geral
PRODUTO	Y	TIPO VENDA	Razão	Descr. Conta	MERC. EXTERNO	MERC. INTERNO	Total Geral			
Ficha 06 - Fabricados	-	FABRICADOS	7001010000	VENDAS BRUTAS PRDD.FABR.-TERCEIROS	-9.877.382,32	-1.051.954.631,28	1.057.632.015,60			
				RECLASSIFICAÇÃO MERCADO INTERNO X EXTERNO	164.192,00	-164.192,00	0,00			
			7001020100	FAT BR DESP TRANSP/SEGUROS-TERCEIROS	-347.948,18		-347.948,18			
			7002010000	VENDAS BRUTAS PROD.FABR.-SOC DO GRUPO	-9.681.098,84	-62.895.797,46	72.578.897,30			
			7002030101	FAT BR DESP TRANSP/SEGUROS-SOCIÉ DO GR	-550.117,89		550.117,89			
			7030000100	RES/REJ-FAT.BRUTO-TERCEIROS		-151.741,34	151.741,34			
			7430001000	VENDAS BRUTAS-REFUGOS-TERCEIROS		-607.273,90	607.273,90			
			7446000000	VENDAS BRUTAS - VDA.S.DIVS.-SOCIEDADES D	-260.618,92	260,02	260.807,94			
				FABRICADOS Total	-16.355.575,14	-1.115.773.402,00	1.122.175.482,14			-16.355.575,14
		FABRICADOS-IP	7001011400	IP.FABR.-TERCEIROS		35.967.019,76	35.967.019,76			Linha 01, Ficha 06
			7002011400	IP.FABR.-SOCIEDADES DO GRUPO		2.942.588,44	2.942.588,44			
			7030014009	RES/REJ-I.F.P.I. FATURADO-TERCEIROS		7.225,79	7.225,79			
				FABRICADOS-IP Total		38.916.833,99	38.916.833,99			
Ficha 06 - Fabricados Total					-16.355.575,14	-1.076.857.073,01	1.099.212.640,15			-1.076.857.073,01
Ficha 06 - Revenda		REVENDA	7001000000	VENDAS BRUTAS MERC.-TERCEIROS		114.282.797,05	-114.282.797,05			Linha 03, Ficha 06
			7002000000	VENDAS BRUTAS MERC.-SOCIEDADES DO GRUPO		39.419.519,17	39.419.519,17			
			7446001000	VENDAS BRUTAS - VDA.S.DIVS.-TERCEIROS		-585.136,60	-585.136,60			
				REVENDA Total		-154.987.652,82	-154.987.652,82			
		REVENDA-IP	7001001400	IP.MERC.-TERCEIROS		5.336.205,11	5.336.205,11			
			7002001400	IP.MERC.-SOCIEDADES DO GRUPO		1.877.120,03	1.877.120,03			
				REVENDA-IP Total		7.213.325,14	7.213.325,14			
Ficha 06 - Revenda Total						-147.074.327,68	-147.074.327,68			-147.074.327,68
Ficha 06 - Serviços		SERVIÇOS	7010001001	COMIS-FATURAMENTO-TERCEIROS	-213.140,91		-213.140,91			Linha 04, Ficha 06
			7446010011	PREST.SERVIÇO-SOCIEDADES DO GRUPO	-779.195,09	-146.222,02	925.417,11			
			7446011000	PREST.SERVIÇO-TERCEIROS		3.650,16	-3.650,16			
				SERVIÇOS Total	-992.336,00	-149.878,18	-1.142.214,18			
Ficha 06 - Serviços Total					-992.336,00	-149.878,18	-1.142.214,18			-1.142.214,18
Total Geral					-17.347.911,14	1.224.081.276,87	1.241.429.190,01			Linha 05, Ficha 06

A conta 7446010011, os serviços no Brasil e Exterior é lançado na mesma conta contábil o valor de R\$ 779.195,09, representa os serviços prestados para a Argentina

Notem que, como demonstra a planilha de composição da conta **7446010011**, o valor de **R\$ 779.195,09** integra e está embutido no valor total de receitas auferidas pela prestação de serviços no período (**R\$ 1.142.214,18**), o qual foi informado na linha 5 da Ficha 06A da DIPJ entregue em 2008, como fazemos questão de repetir:

CNPJ 61.660.325/0001-41 DTPJ 2008 Ano-Calendarário 2007 Pág. 5

Ficha 06A - Demonstração do Resultado - PJ em Geral

Discriminação	Valor
01.Receita de Exposição Direta de Mercadorias e Produtos	16.355.575,14
02.Receita de Vendas de Mercadorias e Prod.a Coml.Export.e/Fim Espec.Export.	0,00
03.Receita de Venda de Produtos de Fabricação Própria no Mercado Interno	1.076.857.073,01
04.Receita de Venda de Produtos de Fabricação Própria no Mercado Externo	147.074.327,68
05.Receita de Prestação de Serviços - Mercados Interno e Externo	1.142.214,18
06.Receita de Unidades Imobiliárias Vendidas	0,00
07.Receita de Locação de Bens Móveis e Imóveis	0,00
08.Receita da Atividade Rural	0,00

Assim, apesar da decisão recorrida ter afirmado que a glosa foi motivada pela inexistência de tributação das receitas correspondentes, é certo que, conforme pode ser comprovado pelas (i) cópias dos certificados de retenção já anexados ao feito; (ii) fichas das DIPJ 2008 (ano-calendário 2007), mais especificamente ficha n.º 06A Linha 05; (iii) razão contábil do período, demonstrando a contabilização das receitas (doc. 04) e (iv) pela planilha descritiva das contas contábeis ora acostada (doc. 05) justamente por se tratar de receitas de prestação de serviço do exterior, a Recorrente tributou e informou os rendimentos auferidos no exterior, na linha adequada da DIPJ qual seja, a linha de “receita de prestação de serviço”.

Fl. 17 da Resolução n.º 1301-001.126 - 1ª Seju/3ª Câmara/1ª Turma Ordinária
Processo n.º 10880.915166/2012-60

Veja Srs. Julgadores que, ainda que a motivação da glosa fiscal viesse a ser a eventual incorreta classificação da receita nas linhas da DIPJ, ainda assim não haveria que se falar em não inclusão das receitas de prestação de serviços na base de cálculo do IRPJ e CSLL, uma vez que, **sendo informadas referidas quantias em alguma das linhas da Ficha 06 da DIPJ**, invariavelmente haverá a automática inclusão destes valores na base de cálculo do IRPJ (o resultado do período é transportado automaticamente para as fichas 09 – IRPJ e 17 – CSLL).

Como se observa, pretende-se fazer crer que, muito embora não tenha incluído os rendimentos nas linhas 05 ou 06 da ficha 09A, eles constam todos da ficha 06A de sua DIPJ, de modo que isto não impactaria no seu resultado, tendo em vista integrarem o lucro líquido do período, ponto de partida para apuração do lucro real.

Como visto acima, o contribuinte informa que parte das receitas teriam sido computadas na linha 05 – Receita da exportação não incentivada de produtos e parte na linha 08 – Receita da prestação de serviço, ambas as linhas constantes da ficha 06A – Demonstração do resultado.

Consta do recurso voluntário o razão contábil da conta 7446010011 (fls. 280/288 do *e-processo*) o qual demonstraria rendimentos contabilizados no montante de R\$ 779.195,09 supostamente incluídos na ficha 06A. Também foi anexado documento elaborado pelo contribuinte com a composição de suas contas contábeis (fls. 290 do *e-processo*). Não foi apresentado o balancete contábil do ano de 2007.

Em face de tais alegações e diante da apresentação da documentação acima referenciada, entendo que os autos devem retornar em diligência para que a Unidade de Origem possa investigar melhor e confirmar efetivamente se os rendimentos auferidos pela prestação de serviços no exterior foram devidamente computados na ficha 06A da DIPJ do contribuinte.

É importante ainda que a Unidade de Origem confirme se os outros dois requisitos mencionados pelo acórdão recorrido foram atendidos e comprovados, quais sejam, os requisitos “d) observância, na compensação, do limite do imposto de renda incidente, no Brasil, sobre os lucros, rendimentos e ganhos de capital auferidos no exterior (art. 26 da Lei nº 9.249/95)” e “e) apresentação das demonstrações financeiras correspondentes aos lucros auferidos no exterior de forma individualizada, por filial, sucursal, controlada ou coligada (art. 16 da Lei nº 9.430/96)”.

Caso necessário, poderá a Unidade de Origem intimar o contribuinte a colaborar com a diligência, seja por meio de esclarecimentos ou documentos adicionais.

Fl. 18 da Resolução n.º 1301-001.126 - 1ª Sejul/3ª Câmara/1ª Turma Ordinária
Processo nº 10880.915166/2012-60

Ao cabo, deverá ser elaborado relatório conclusivo, do qual o contribuinte deverá ser intimado no prazo de trinta dias para se manifestar sobre ele, caso entenda necessário.

Por todo o exposto, voto para converter o julgamento em diligência

(documento assinado digitalmente)

Marcelo Jose Luz de Macedo